



Número: **0812747-27.2020.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **25/08/2020**

Valor da causa: **R\$ 4.750,00**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
WILLAMES GOMES DA SILVA (AUTOR)	KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (REU)	LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
79223 178	03/03/2022 16:27	<u>Apelação</u>	Apelação
79227 379	03/03/2022 16:27	<u>RECURSO- WILLAMES GOMES</u>	Petição
79227 382	03/03/2022 16:27	<u>0812747-27.2020.8.20.5106 - WILLAMES GOMES DA SILVA</u>	Documento de Comprovação
79227 384	03/03/2022 16:27	<u>DOCUMENTAÇÃO HOSPITALAR (1)</u>	Documento de Comprovação
79227 386	03/03/2022 16:27	<u>Laudo ExtraJudicial - Willames Gomes</u>	Documento de Comprovação

em anexo



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 03/03/2022 16:27:53
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22030316275339800000075388335>
Número do documento: 22030316275339800000075388335

Num. 79223178 - Pág. 1



MOSSORÓ & ADVOGADOS ASSOCIADOS
Kelly Maria Maria do Nascimento
Wamberto Balbino Sales
Rua Antônio Vieira da Sá 986
Aeroporto-Mossoró-RN.
Tel.(83)9.9622-0859
balbinosseguros@gmail.com

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE MOSSORÓ/RN.**

PROCESSO: 0812747-27.2020.8.20.5106

RECORRENTE: WILLAMES GOMES DA SILVA

**RECORRIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT
S/A**

Douto Julgador,

WILLAMES GOMES DA SILVA, já devidamente qualificado nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA c/c REPARAÇÃO DE DANOS, que move contra demandada, em trâmite perante este M. Juízo e respectivo Cartório, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, perante Vossa Excelência, inconformado em parte com a r. Sentença, com fulcro nos art. 1009 e seguintes do Código de Processo Civil, vem interpôr

RECURSO DE APelação,

Requerendo se digne Vossa Excelência, determinar o regular processamento das razões em anexo, e recebendo-o em ambos os efeitos, remetendo os autos a Instância Superior, obedecidas às formalidades legais.

Deixa de anexar ao presente o preparo, visto que, o Recorrente, pleiteia na exordial, os beneplácitos da Justiça Gratuita, por ser pobre na forma da Lei.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Mossoró/RN, em 03 de Março de 2022

Kelly Maria M. Nascimento
OAB/RN 7469



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.**

PROCESSO: 0812747-27.2020.8.20.5106

RECORRENTE: WILLAMES GOMES DA SILVA

**RECORRIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT
S/A**

-RAZÕES.

***COLENDA CÂMARA CÍVEL,
MM. JULGADORES,
ÍNCLITO RELATOR.***

WILLAMES GOMES DA SILVA, já devidamente qualificado nos autos da ação em epígrafe, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, podendo ser intimado no endereço que consta no preâmbulo da inicial, vem perante Vossa Excelência, apresentar suas **Razões**, expondo e ao final requerendo o seguinte:

- EXPOSIÇÃO FÁTICA:

O recorrente, invocou a tutela jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário, para receber o seguro DPVAT, onde a recorrida negam, ou, quando liquidam o processo o fazem em valores bem abaixo de determinado pelo art. 3º "b" da Lei 6.194/74, sendo que, não restam ao jurisdicionado outro caminho senão invocar a tutela do Estado, por intermédio do Poder Judiciário, para que a norma jurídica seja evidentemente cumprida.

O fato é que a demanda foi julgada "IMPROCEDENTE", onde o Juiz "a quo", firmando na prova pericial que se apresentou de forma contraditória, omissa inconclusiva, pois fere ditames legais disciplinados no art. 31, I e II da Lei 11.945/2009. conforme restará plenamente demonstrado nos autos.

-DOS MOTIVOS QUE ENSEJAM A REFORMA DA R. SENTENÇA:

O Direito é uma ciência dialética, se transforma e altera-se em conformidade com os fatos sociais, as demandas da sociedade, se não forem observadas dados técnicos, detalhes processuais, minúcias e determinações inseridas no contexto legal, podem sucumbir pleitos legítimos, onde o julgador de primeiro grau, não tem o dom da supremacia como ser humano pode perfeitamente cometer equívocos, visto que, apenas Deus, é infalível, justo e soberano em todas as coisas, pois como já diziam os romanos: "**Errare humanus est**" (Errar é próprio do homem).

Infere-se nos autos que embasado na prova pericial não restava outro caminho ao Douto Julgador, mesmo porque tratando-se de DPVAT, somente



após a juntada da prova pericial o juiz terá condições meios de sentença os autos. Todavia, a demanda fora julgada IMPROCEDENTE senão vejamos:

III - DISPOSITIVO

Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito.

Isento a parte autora do pagamento das custas processuais, tendo em vista que a mesma é beneficiária da gratuidade judiciária

Condeno-a ao pagamento de honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, em conformidade com o art. 85, §2º do CPC, restando tal obrigação suspensa, a teor do que dispõe o art. 98, §3º, do CPC.

Com o trânsito em julgado, preste-se as informações necessárias ao COJUD, para efeito de cálculo e cobrança de eventuais custas judiciais e arquive-se.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Mossoró/RN, datado eletronicamente.

**UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES
Juíza de Direito**

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

O fato é que nos autos o ponto fundamental imprescindível para o deslinde da lide, firma-se na produção da prova pericial, conforme determina o art. 31, I e II da Lei 11.945/2009. Destarte, segundo a norma legal infra citada deve ser graduado quando da realização da prova a “repercussão e o dano” no seguimento ao qual encontra-se vinculado o ponto onde encontra-se fincado a debilidade.

A prova em nosso ordenamento jurídico ocupa um papel determinante no processo de conhecimento, uma vez que as meras alegações, desprovidas de elementos capazes de demonstrá-las, pouca ou nenhuma utilidade trarão à parte interessada, pois serão tidas por inexistente. Todavia, a prova produzida nos autos é absolutamente contraditória com o real estado físico do Apelante, como será amplamente reportada nos autos.

O laudo confeccionado nos autos reporta:



O Recorrente mesmo dispondo de precários recursos decidiu realizar avaliação médica por discordar da pericial realizada, visto que, prova produzida pelo profissional não retrata a situação física, real do Apelante.

Na prova realizada o duto perito descreveu realmente as sequelas advindas do acidente de trânsito, onde se constata o seguinte:

RELATÓRIO MÉDICO PARA AVALIAÇÃO PARA DPVAT DE INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL)		
DATA DO ACIDENTE: 25 / 07 / 2019.		
DATA DO INÍCIO DO TRATAMENTO: 25 / 07 / 2019.		
NOME COMPLETO DA VITIMA: Willianes Gomes da Silva		
Há lesão cuja origem seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre? () SIM () NÃO () PREJUDICADO		
1.	Alta Médica? () SIM () NÃO	
2.	Qual (quais) região(s) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s): ombro direito	
3.	As alterações (disfunções) presentes no físico da Vítima, que seja evolutivas e temporariamente comparativas com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma: Fratura do clavicula direita	

O membro superior direito em face às sequelas no ombro direito constata-se a repercussão e extensão do dano nos seguintes percentuais:

5.1 - EXTENSÃO DO DANO EM RELAÇÃO AO MEMBRO AFETADO?		
Nos termos do art. 31, I e II da Lei 11.945/2009, qual a repercussão e extensão do dano sofrido pelo periciado em relação ao seguimento ao qual encontra-se sediado a invalidez? <i>Membro Avançado seu ombro direito, com repercussão de 25% no ombro direito, seu membro acometido.</i>		
Segmento Anatômico		
Membro:	Superior	() 10% Residual <input checked="" type="checkbox"/> 25% Leve () 50% Médio () 75% Intenso
Membro:		() 10% Residual () 25% Leve () 50% Médio () 75% Intenso
Membro:		() 10% Residual () 25% Leve () 50% Médio () 75% Intenso
Membro:		() 10% Residual () 25% Leve () 50% Médio () 75% Intenso
Local:		Dr. Jansen Henrique Médico CRM-PB 11385
Data: 20-02-2022		
Assinatura e Carimbo		

O artigo 373 do Código de Processo Civil, que atribui ao autor o ônus da prova quanto ao fato constitutivo de seu direito e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Em sequência, segundo as normas legais, pois o direito processual não apenas estabelece as modalidades de prova admitidas em juízo, mas também disciplina o procedimento probatório das partes a verdade dos fatos relevantes e controvertidos no processo, em razão recaem as provas, nos moldes do disposto pelo artigo 369 do Código de Processo Civil, in verbis:

"Art. 369. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz".

E ainda no mesmo sentido:

O Código de Processo Civil de 2015, sobre o tema, dispõe o seguinte:



Art. 932. Incumbe ao relator:

I – dirigir e ordenar o processo no tribunal, inclusive em relação à produção de prova, bem como, quando for o caso, homologar autocomposição das partes;”

- DA PROVA DO DANO E SUA REPERCUSSÃO E EXTENSAO DA INVALIDEZ.**
- DA DETERMINAÇÃO LEGAL.**

Ora Douto Julgador, na prova pericial o douto perito, quantificou a “**repercussão e extensão do dano**”, em relação ao seguimento ao qual encontra-se ligado no joelho esquerdo, onde as sequelas se mostram irreversíveis.

A determinação da graduação da “**repercussão e extensão do dano**”, não é mera deliberação, insatisfação do Requerente, **mas sim derivada da norma jurídica onde o legislador pátrio de forma clara, nítida impõe no art. 31, I e II da Lei 11.945/2009, quantificação da debilidade no seguimento ao qual encontra-se ligado a invalidez, senão vejamos:**

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, **a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa**, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos). Grifo nossa autoria.

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá:

- 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa;



- 50% (cinquenta por cento) para as de média
repercussão,

- 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve
repercussão,

- adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por
cento), nos casos de sequelas residuais." Grifo nossa autoria.

A r. sentença, data vénia deve ser reformada visto que, o Juiz "a quo", tomou como base, parâmetro a prova pericial elaborada onde o perito graduou a debilidade em 25% (vinte e cinco por cento), estes referentes a "**extensão e repercussão do dano**" em relação ao membro inferior esquerdo" como impõe a norma jurídica sendo devida a quantificação da invalidez no: "**segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa**". Destarte, não se trata de mera disposição, simples requerimento do Promovente, mas deriva de texto da lei que deve ser obedecido pela Recorrida.

O Art. 437, do Código de Processo Civil, determina:

**"O juiz poderá determinar, de ofício ou a requerimento
da parte, a realização da nova perícia, quando a matéria não lhe parecer
suficientemente esclarecida.**

Não obstante a legislação conceda ao juiz ampla liberdade na direção do processo, essa prerrogativa não pode se afastar dos seus limites, cerceando produção de provas, visto que, os fatos por ela alegados, são pertinentes e necessários ao deslinde da demanda realizado dentro do contencioso. Destarte, a prova pericial realizada data vénia, é contraditória, conflitante, resta claro a deficiência da perícia, retratada por um laudo lacônico, onde gradua uma invalidez apenas num seguimento não faz qualquer menção a extensão do dano, ao contrário desvinculou qualquer prejuízo dano ao Recorrente.

-DO RESULTADO DA PROVA PERICIAL.

O artigo 130 do CPC permite ao julgador, em qualquer fase do processo, ainda que em sede de julgamento da apelação no âmbito do Tribunal local, determinar a realização das provas necessárias à formação do seu convencimento, mesmo existente anterior perícia produzida nos autos.

A defesa do Apelante, vem acompanhando a realização das provas produzidas em demandas similares, alguns peritos não veem dimensionando a extensão em conformidade com a norma jurídica, apenas concentrando a invalidez num determinado seguimento preterindo a repercussão do dano em relação ao membro principal. Desta forma, a garantia constitucional relativa ao devido processo legal e aos princípios do contraditório e da ampla defesa, como bem define Cândido Rangel Dinamarco, em sua obra - (DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. v. III, p. 48, afirma:

"Na Constituição o direito à prova é inherência do conjunto de garantias do justo processo, que ela oferece ao enunciar os princípios do contraditório e ampla defesa, culminando por assegurar a própria observância destes quando garante a todos o due process of law (art. 5º, inc. LIV e LV)."



Pelas considerações formuladas o STJ comunga do entendimento de ser possível aos tribunais determinarem a realização de provas até mesmo diante de casos envolvendo direitos disponíveis, conforme se depreende dos julgados colacionados, a exemplo do transcrito abaixo:

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. FUNDAMENTOS SUFICIENTES A EMBASAR A DECISÃO. INICIATIVA PROBATÓRIA DO MAGISTRADO. POSSIBILIDADE. ART. 130 DO CPC. NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.(...)"

2. Na hipótese de perplexidade ante as provas constituídas no curso da demanda, é facultado ao magistrado determinar, de ofício, a produção de prova pericial, com vistas à formação de seu livre convencimento motivado. Inteligência do art. 130 do CPC."(Superior Tribunal de Justiça. AgRg no Ag N. 655.888/MG. Relator: Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA. Julgamento: 02/06/2005. Órgão Julgador: Quinta Turma. Publicação: Diário da Justiça de 22/08/2005, p. 339."

É fato que algumas provas dentre as quais a perícia que "auxiliou" o Juiz " a quo" a prolatar a r. sentença, onde data vênia de forma indubitável deve ser reformada, visto que, comprovadamente a "**contra prova**" apresenta um percentual consubstanciado na vasta prova medica acostada aos autos.

Ainda em referência a possibilidade de a instância recursal determinar a realização de provas em causas envolvendo direitos indisponíveis, destaca-se posicionamento favorável de Nelson Nery Júnior:

"Essa atividade probatória do juiz nas ações que versam sobre direitos indisponíveis é admissível também no segundo grau de jurisdição –tanto nas causas de competência originária ou em grau de recurso -, podendo o tribunal, ex officio ou a requerimento do MP ou de qualquer das partes, determinar a realização da prova diretamente ou converter o julgamento em diligência para a realização da prova."(NERY JUNIOR, 2008, p. 390).

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça assentou entendimento de que o pagamento de indenização por invalidez permanente será filtrado a partir da quantificação do grau de debilidade apresentado pela vítima, senão vejamos:

SÚMULA 474 – STJ: A indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Dispondo sobre a estruturação do laudo pericial, o artigo 473 do Código de Processo Civil exige que o perito judicial apresente:

a) a exposição do objeto da perícia – trata-se de uma explanação clara do perito sobre os elementos que integram o objeto da perícia, inclusive destacando as principais questões a serem esclarecidas pelo trabalho pericial.

b) a análise técnica ou científica realizada – o perito deve relatar detalhadamente e através de linguagem simples como desenvolveu o trabalho técnico ou científico, de modo a permitir que o juiz, as partes e o Ministério Pùblico compreendam todos os fundamentos que o levaram a uma determinada conclusão.



c) a indicação do método utilizado, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou – além de relatar a “análise técnica ou científica realizada”, deve o perito indicar e esclarecer qual método utilizou para alcançar suas conclusões, comprovando que tal metodologia é a predominantemente aceita pelos especialistas dessa área do saber.

Patente, portanto, o exame da invalidez para se apurar, com exatidão, com certeza, como ordena a Lei, o percentual da incapacidade do membro e o valor correspondente para efeito de pagamento da indenização perseguida.

Neste sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. LAUDO PERICIAL CONTRADITÓRIO. LESÃO TRATADA COMO TEMPORÁRIA. NECESSIDADE DE TRATAMENTO CIRÚRGICO. PERMANENTE. DESCONSIDERAÇÃO DO LAUDO OFICIAL PELO JUÍZO A QUO. RETORNO AO JUÍZO DE ORIGEM. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. RECURSO PREJUDICADO. 1. Antes de conhecer do presente recurso, há uma questão prejudicial a ser analisada. 2. O art. 3º da Lei nº 6.194/74, (alterado pela Lei nº 11.482/07), é taxativo quando dispõe que os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada. Ocorre que o laudo pericial, realizado para fins de instrução do processo (fls. 51/53), constatou que o dano sofrido, pelo periciado, em decorrência do acidente, não teve natureza permanente, mas sim temporária, que não é indenizável 3. No entanto, no caso em apreço, em simples análise do laudo pericial acostado às fls. 51/53, **constata-se que há respostas contraditórias e inconclusivas no parecer técnico produzida nos autos, sobretudo porque hora o expert afirma que o periciado possui uma lesão apenas temporária e hora que esse necessitaria de um tratamento cirúrgico, o que não deixa claro se a lesão é, realmente, temporária ou permanente. 4. Assim, como a prova pericial produzida não permite um juízo seguro de convicção acerca da existência de lesão permanente, tampouco o grau suportado, a complementação da perícia é medida que se impõe.** 5. O apelante alega que o juízo a quo desconsiderou o laudo oficial ao usar como fundamento informações contidas na perícia realizada pela seguradora, como a lesão temporária alegada ter sido quantificada com 75% no joelho direito, o que não ocorreu na perícia oficial, já que é dispensada a quantificação da lesão temporária, restando claro que a desconsideração do laudo oficial acostado aos autos do processo por parte do magistrado. 6. Sentença anulada de ofício. Recurso prejudicado. Apelação Cível nº 0015901-19.2017.8.06.0115. (Relator (a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE; Comarca: Limoeiro do Norte; Órgão julgador: 2ª Vara; Data do julgamento: 29/07/2020; Data de registro: 30/07/2020)."

E mais:

Segundo atual entendimento do STJ e da jurisprudência majoritária do Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, determina o seguinte:

"Apelação Cível n. 2013.074493-7, de São Miguel do Oeste Relator: Des. Subst. Rubens Schulz

Ementa:



APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. SENTEÇA QUE JULGA PROCEDENTE O FEITO. IRRESIGNAÇÃO DA REQUERIDA ALEGANDO NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA PARA ATESTAR O GRAU DE INVALIDEZ. TESE ACOLHIDA INDEPENDENTEMENTE DA DATA DO ACIDENTE. RECURSO PROVIDO. "**EXISTÊNCIA DE ENTENDIMENTO PACÍFICO NO STJ NO SENTIDO DE APLICAR A GRADUAÇÃO DA INDENIZAÇÃO DE ACORDO COM A EXTENSÃO DA INVALIDEZ**, MESMO NOS CASOS OCORRIDOS ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI QUE INSERIU A TABELA COM OS PERCENTUAIS DE INDENIZAÇÃO. MATÉRIA OBJETO DA SÚMULA N. 474. LAUDO PERICIAL QUE, IN CASU, NÃO ESPECIFICOU A EXTENSÃO DOS DANOS PERMANENTES QUE ATINGIRAM O JOELHO ESQUERDO DA DEMANDANTE. AUSÊNCIA DE PROVAS QUE PERMITAM AVERIGUAR O GRAU DA DEBILIDADE. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA PARA COMPLEMENTAR O ENREDO PROBATÓRIO E VIABILIZAR A CORRETA APRECIAÇÃO DA LIDE. EXEGESE DOS ARTS. 3º, § 1º, II C/C ART. 5º, § 5º DA LEI N. 6.194/74. SENTENÇA CASSADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. RECURSO DA SEGURADORA PROVIDO." (Apelação Cível n. 2012.076754-7, rela. Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta, julgado em 05/03/2013)."

No processo os litigantes têm direito de deduzir suas pretensões e defesas, apresentar e realizar as provas que requereram para demonstrar a existência de seu direito, em suma, direito de serem ouvidos terem as mesmas oportunidades paritariamente no processo em todos os seus termos.

-DO REQUERIMENTO:

Pelo exposto, com base nas razões expendidas, seja dado provimento a apelação para o fim de reformar a sentença recorrida, no sentido de ser indenizado o Apelante, tomando como base o percentual reportado na contraprova onde gradua a invalidez no membro superior direito em **25% (vinte e cinco) por cento**, sendo portanto, condenado a Recorrida nos termos do art. 85, § 8º do CPC, em R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo desta forma feita Justiça.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Mossoró/RN, em 03 de Março de 2022

Kelly Maria Medeiros do Nascimento
OAB/RN 7469.





18/02/2022

Número: **0812747-27.2020.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **25/08/2020**

Valor da causa: **R\$ 4.750,00**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado
WILLAMES GOMES DA SILVA (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (REU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)
Documentos		
Id.	Data da Assinatura	Documento
71271 849	26/07/2021 10:36	0812747.27.2020.8.20.5106 - WILLAMES GOMES DA SILVA
		Tipo
		Laudo Pericial



8

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
COMARCA DE MOSSORÓ
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS E CIDADANIA

PROCESSO Nº: 0812747-27.2020.8.20.5106

AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE CONCILIAÇÃO

(Art. 31 da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974)

PARTE AUTORA: WILLAMES GOMES DA SILVA

INFORMAÇÕES DO ACIDENTE

DATA DO ACIDENTE: 25/07/2019

CONCORDÂNCIA COM A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA MÉDICA

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para a realização de avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na Comarca de Mossoró/RN.

Mossoró/RN, 23.07, 2021

Willames Gomes da Silva
ASSINATURA DA PARTE AUTORA POR EXTERNO

AVALIAÇÃO MÉDICA

II - Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

Sim. Não Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II - Descrever o quadro clínico atual informado:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

Om^BNO DINELTO

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente comparativas com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

F1107C108 Do CLACTICA DINELTO

III - Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito) incluindo medidas de reabilitação?
[] Sim Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):



Assinado eletronicamente por: JESSICA DA COSTA FELIX - 26/07/2021 10:36:08
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21072610360852500000068038488>
Número do documento: 21072610360852500000068038488

Num. 71271849 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 03/03/2022 16:27:53
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22030316275370600000075388338>
Número do documento: 22030316275370600000075388338

Num. 79227382 - Pág. 2

IV – Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- A) [] Disfunções apenas temporárias;
B) Dano anatômico e/ou funcional definitivo(sequelas);

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

*REDUZIDO DB FORÇA E DE SUPPLITEPC DB NOV/1-
M.R. 200 00 OUT/20 DIREITO*

V – Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

[] Sim. Em que prazo: _____
[] Não.

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor não preencher os demais campos assinalados.

VI – Segundo o previsto na Lei 11.945, de 4 de Julho de 2009, favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(eis) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s) especificando, segundo o anexo constante na Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

A) [] **Total** - (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima);

B) **Parcial** - (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

B.1 [] - **Parcial Completo** - (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima);

B.2 - **Parcial Incompleto** - (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima);

B.2.1 – Informar o grau da incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º, do art. 3º da Lei 6.194/74, com redação introduzida pelo art. 31, da lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão: *QUADRIL DIREITO* 10% residual [] 25% leve [] 50% média [] 75% intensa

2ª Lesão: [] 10% residual [] 25% leve [] 50% média [] 75% intensa

3ª Lesão: [] 10% residual [] 25% leve [] 50% média [] 75% intensa

4ª Lesão: [] 10% residual [] 25% leve [] 50% média [] 75% intensa

OBSERVAÇÃO: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

ASSINATURA E CARIMBO:
Dr. Dáhilo L. de Paiva
Ortopedia e Traumatologia
CRM/RN 6806 RQE 3404

MÉDICO PERITO – CRM

Mossoró/RN, *27/07/21*

Fabiano Dantas de Carvalho
Ortopedia e Traumatologia
TEC: 15176
CRM/RN: 6672

ASSISTENTE TÉCNICO SEGURADORA LIDER - CRM



Assinado eletronicamente por: JESSICA DA COSTA FELIX - 26/07/2021 10:36:08
<https://pj1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21072610360852500000068038488>
Número do documento: 21072610360852500000068038488

Num. 71271849 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 03/03/2022 16:27:53
<https://pj1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22030316275370600000075388338>
Número do documento: 22030316275370600000075388338

Num. 79227382 - Pág. 3



18/02/2022

Número: **0812747-27.2020.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **25/08/2020**

Valor da causa: **R\$ 4.750,00**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
WILLAMES GOMES DA SILVA (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (REU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
59110 329	25/08/2020 19:24	DOCUMENTAÇÃO HOSPITALAR	Documento de Comprovação





SESAP/RN - HOSPITAL REG. TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA

BOLETIM DE ATENDIMENTO N° 56326 /2019

Admissão: 25/07/2019 19:38:23

CIRURGIA GERAL - VERDE

Paciente: 45627 - WILAMES GOMES DA SILVA (29 a 10 m 26 d)

Sexo: M Cor: PARDA

Nascimento: 30/08/1989 Natural: MOSSORÓ-BRASIL

CPF: 07559215424

Prof:

CNS:

Pai: ATAMIR GOMES DA SILVA

Mãe: RISONETE JOAO DA SILVA

Logradouro: PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 184

Cidade: MOSSORÓ

CEP: 59621100

Bairro: BARROCAS

Compl:

Telefone: _____

Motivo(alegado pelo paciente): COLISAO - MOTOQUEIRO

Tipo: REGULADO

Origem: SAMU RN

*Empresa: _____

~~* Não tem expionante no P.S.~~

OBS: TRAZIDO PELO SAMU EM PRÓTICOLO DE TRAUMA

Classificação:

PESO:

25/07/2019 19:34:28

HORA	P.A.	HGT	SatO2	FIO2	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow	RTS
20:00	100/80		99		20	75			

HISTÓRIA - EXAME FÍSICO

Queixas: VITIMA DE COLISÃO MOTO X MOTO, ECG 15, COM PROVAVEL FRATURA DE CLAVICULA DIR, E ESCORIAÇÕES DE ARRASTO.

Hora: _____

Ressalta queira de 40 min
 Avisou que sentiu um pouco de dor e consciente
 SAMU encontrou o paciente sentado e sem correta
 Avisou que os braços pareciam curvados e dolorosos
 B: pulso normal e SIRS
 C: RCR - ST, BNF, SÍSOPRO
 D: Glasgow: 15, pupilas iguais e FR
 E: Fraturou seu clavícula (D)
 F: TQ de dor no abdômen, abdução para clavícula e dor no abdômen
 G: Dor no lado direito da articulação do joelho, dor no lado esquerdo do abdômen

Diagn. Inicial:

PRESCRIÇÃO:	VIA	HORÁRIO	ASSINT.
1) Dextra oral 200ml 2150,91. — 2000ml, av, aberto			
3) 1000ml Dírrona — 2ml + 8ml (superfície)			
4) Tenoil 100mg 10ml/10ml, 2018/07			
5) Ipratropílio 2ml + 18ml/10ml, 2018/07			
6) Omeproxyl 20mg 1fa + 1ml/10ml, su, oxigene			
7) ISSVU 600ml 0 CCGA			
Dra. Carolina C. N. Diógenes Mastologista CRM-RN 1465			
HOSPITAL REGIONAL TARCISIO ESTÁ CONFORME O ORIGINA SAME MOSSORÓ 25/07/2019			
SAME / ARQUIVO			

*SAÍDA: () Decisão médica () Transferido () Evasão () Óbito () Interna: (Preencher CID, PROC)

CID _____ Proc. _____ Data: ____ / ____ /19. Hr: ____ : ____ Médico: _____

(Assinar e Carimbar)

*Gerado via SX por MARIA DO CARMO DE LIRA SILVA. Impresso em 25 de Julho de 2019.



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 25/08/2020 19:23:40
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20082519234010400000056737796>
 Número do documento: 20082519234010400000056737796

Num. 59110329 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 03/03/2022 16:27:54
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22030316275396600000075388340>
 Número do documento: 22030316275396600000075388340

Num. 79227384 - Pág. 2

exames 21:30
25/07/19 - não apresente mais
dor de dor no tórax e hemotorax
progresso da permeabilidade.
do. agente os deu abacaxi.

Dra. Carolina N. Diogene
Mastologista
CRM-RN 4555

25/07/19 → 21:30

PACIENTE VÍTIMA DE ACIDENTE AUTOMOBILISTICO
- FRACTURA DE CLAVÍCULA
PROBABILIDADE DE TP CONSIDERAR

(+) SEGUIMENTO ORNAMENTAL

TIPO VELPEAU

AUS DA TO.

REANIMAÇÃO NO MUNICÍPIO

Diego Ariel de Lima
CRM-RN 7406
RCF - 2804
TEDE - 15467

CIRURGIA GERAL, 22:08 HRS

Paciente é nivaldo. No momento, queixa-se apenas de dor
em ombro direito por fratura de clavícula. Nega dor abdominal
ou qualquer incômodo. Exame, PEG, COTE; AR: NW + bilateralmente SRA; AUS: ECR, TO,
abdome: si dor a palpátil superficial e profunda. (HT: 39°C e WB:
Ed. - ALTA DA CIRURGIA GERAL

Dr. Guilherme Antônio
G. Chirurgia Vasculár
CRM-RN 10676

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SAME MOSSORÓ 12/08/2019



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 25/08/2020 19:23:40
<https://pj1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20082519234010400000056737796>
Número do documento: 20082519234010400000056737796

Num. 59110329 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 03/03/2022 16:27:54
<https://pj1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22030316275396600000075388340>
Número do documento: 22030316275396600000075388340

Num. 79227384 - Pág. 3



GUIA DE SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO

Nº 2201898

DADOS DA AUTORIZAÇÃO					
3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO MS-nº3632593	27/07/19	4 - SENHA T221	5 - DATA VALIDEZ DA SENHA	6 - DATA DE EMISSÃO DA GUIA	
DADOS DO BENEFICIÁRIO					
1 - NÚMERO DA CARTEIRA 171716101014401010	2 - PLANO	3 - NOME Wiliam bonez de Silveira	4 - SENHA	5 - DATA VALIDEZ DA SENHA	6 - DATA DE EMISSÃO DA GUIA
7 - NÚMERO DO CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE	8 - PLANO	9 - VALIDEZ DA CARTEIRA			
DADOS DO CONTRATADO SOLICITANTE					
10 - CÓDIGO NA OPERADORA / CNPJ / CPF 12316112619009110	11 - NOME DO CONTRATADO ULTRASSOM ARF	12 - NOME DO CONTRATADO Dr. João Ricardo Rolim Arseniadis	13 - CÓDIGO CNES CRM-RN 8091 - TEOT 10293	14 - CÓDIGO CNES	15 - CONCEPÇÃO DE TRAUMATOLOGIA CRM-RN 8091 - TEOT 10293
16 - UF CRM-RN 8091 - TEOT 10293	17 - CÓDIGO CBOS	18 - UF CRM-RN 8091 - TEOT 10293	19 - CÓDIGO CBOS		
DADOS DO CONTRATO SOLICITADO / DADOS DA INTERNAÇÃO					
20 - CÓDIGO NA OPERADORA / CNPJ / CPF	21 - NOME DO PRESTADOR	22 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO E - Electivo U - Urgência/Emergência	23 - TIPO DE INTERNAÇÃO 1 - Clínica 2 - Cirurgia 3 - Obstetrícia 4 - Pediátrica 5 - Psiquiátrica	24 - REGIME DE INTERNAÇÃO 1 - Hospitalar 2 - Hospital-dia 3 - Domiciliar	25 - QTDE. DIÁRIAS SOLICITADAS
26 - INDICAÇÃO CLÍNICA Fratura clavicular + luxação acromioclavicular					
HÓPTESES DIAGNÓSTICAS					
27 - TIPO DE DOENÇA A - Agudo C - Crônico	28 - TEMPO DA DOENÇA A - Anos M - Meses D - Dias	29 - INDICAÇÃO DE ACIDENTE 0 - Acidente ou doença relacionada ao trabalho 1 - Trânsito 2 - Outros			
1 - CID 10 PRINCIPAL 30 I12.108	31 - CID 10 (2) 30 I12.111	32 - CID 10 (3) 30 I12.116.7	33 - CID 10 (4) 30 I12.120.26		
PROCEDIMENTOS SOLICITADOS					
34 - TABELA 35 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO 30 I12.108	36 - DESCRIÇÃO Fratura clavicular	37 - QTDE. SOLIC.	38 - QTDE. AUTORIZ.		
30 I12.111	Luxação acromioclavicular				
30 I12.116.7	Transferência Munique 2				
30 I12.120.26	Exerto ósseo				
ÓMOS SOLICITADOS					
39 - TABELA 40 - CÓDIGO DO ÓPM	41 - DESCRIÇÃO ÓPM PINA DE RECONSTRUÇÃO 31.5mm (1)	42 - QTDE. 31	43 - FABRICANTE Sima (1)	44 - VALOR UNITÁRIO R\$	
	45 - PANA FUSOS CONTIN				
	46 - ALVORA 9,0 MM				
	FIO ALTA RESISTÊNCIA				
	FIO DE FRACURA 02				
DADOS DA AUTORIZAÇÃO					
45 - DATA PROVÁVEL ADMISSÃO HOSP.	46 - QTDE. DIÁRIAS AUTORIZADAS	47 - TIPO ACOMODAÇÃO AUTORIZADA	48 - CÓDIGO NA OPERADORA / CNPJ	49 - NOME DO PRESTADOR AUTORIZADO	50 - QTDE. DIÁRIAS SOLICITADAS

51 - OBSERVAÇÃO

Dr. João Ricardo Rolim Arseniadis
Ortopedia e Traumatologia
CRM-RN 8091 - TEOT 10293

52 - DATA E ASSINATURA DO MÉDICO SOLICITANTE
26/07/202053 - DATA E ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO OU RESPONSÁVEL
27/07/19

54 - DATA E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA AUTORIZAÇÃO

CÓD. 88595 1000 bls. 50x1 - 2.182.001 A 2.232.000 - 12/17

Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 25/08/2020 19:23:40

https://pj1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20082519234010400000056737796
Número do documento: 20082519234010400000056737796

Num. 59110329 - Pág. 3





Prefeitura Municipal de Mossoró
Secretaria Municipal da Saúde
SAMU MOSSORÓ 192

DECLARAÇÃO DE OCORRÊNCIA REGISTRO Nº 451

Mossoró 12 de Agosto de 2019

Declaramos para os devidos fins que se fizerem necessários que o usuário **WILLAMES GOMES DA SILVA, 29 anos. RG: 3.340.625.**

Natureza da Ocorrência: Acidente Automobilístico: Colisão Moto x Moto

Data da Ocorrência: 25/07/2019

Local da ocorrência: Rua: Seis de Janeiro/Santo Antônio (prox. ao sinal da Delfim Moreira)

Viatura: Bravo – Unidade de Suporte Básico de Vida - 02

Hora do Chamado: 19h 20min.

Procedimento no Local: Na cena, vítima foi submetida à imobilização (prancha, colar, coxim e tirantes), e foi encaminhada para a Unidade de Saúde (HRTM), conforme regulação médica do **SAMU 192 Mossoró**.

Informamos ainda que o solicitante deste documento foi: Willames Gomes Da Silva, 29 anos, portador de RG: **3.340.625.**

Estamos à disposição para mais informações.

SILVANIA DO MONTE SANTIAGO
DIRETORA ADM / SAMU
Matr. 58682-1

Silvania do Monte Santiago
Matrícula 58682-1
Diretora Administrativa do **SAMU/Mossoró**

Dr. Dixon F. Medeiros Lima
Diretor / SAMU
Mat. 045418-2
CRM/RN 5997

Dixon Fradík Medeiros Lima
Matrícula 405418-3
Diretor Geral do **SAMU/ Mossoró**

SAMU – Mossoró
Rua: Seis de Janeiro, 509 – Santo Antonio – CEP: 59611-070 – Mossoró - RN
Tel / FAX: (0xx-84)3315-4915
e-mail: samumossoro@hotmail.com



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 25/08/2020 19:23:40
<https://pj1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20082519234010400000056737796>
Número do documento: 20082519234010400000056737796

Num. 59110329 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 03/03/2022 16:27:54
<https://pj1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22030316275396600000075388340>
Número do documento: 22030316275396600000075388340

Num. 79227384 - Pág. 5

**RELATORIO MEDICO PARA AVALIAÇÃO PARA DPVAT DE INVALIDEZ PERMANENTE
(TOTAL OU PARCIAL)**

DATA DO ACIDENTE: 25 / 07 / 2019.

DATA DO INICIO DO TRATAMENTO: 25 / 07 / 2019.

NOME COMPLETO DA VITIMA: Wilmunes Gomes da Silva

Há lesão cuja origem seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veiculo automotor de via terrestre? SIM NÃO PREJUDICADO

1. Alta Medica? SIM NÃO

2. Qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):
Ombro direito

3. As alterações (disfunções) presentes no físico da Vitima, que seja evolutivas e temporariamente comparativas com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma:
Fratura do clavícolo direito

Segundo o exame medico, pode-se afirmar que o quadro clínico curso com:

Disfunções Temporárias

Dano anatômico e/ou funcional definitivo(sequelas)

Quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que seja(m) mais suscetível(ies) a tratamento como sendo gerada(s) de dano(s) anatômico(s) e ou funcional(is) definitivo(s) especificando, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s).

Parcial incompleto

Qual o grau de incapacidade definitiva da vitima correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido? ≥ 5%.

Existe ainda tratamentos, procedimentos cirúrgicos a serem realizados no periciado?

-SIM -NÃO.

5.1 - EXTENSÃO DO DANO EM RELAÇÃO AO MEMBRO AFETADO?

Nos termos do art. 31, I e II da Lei 11.945/2009, qual a repercussão e extensão do dano sofrido pelo periciado em relação ao seguimento ao qual encontra-se sediado a invalidez? Lesão avançado em ombro direito,

Com repercussão de 25% no ombro direito, no membro acometido.

Segmento Anatômico

Percentual

Membro: Superior 10% Residual 25% Leve 50% Médio 75% Intenso

Membro: _____ 10% Residual 25% Leve 50% Médio 75% Intenso

Membro: _____ 10% Residual 25% Leve 50% Médio 75% Intenso

Membro: _____ 10% Residual 25% Leve 50% Médio 75% Intenso

Local:

20-02-2022

Data: Dr. Jansen Henriques
Médico
CRM-PB 11385

Assinatura e Carimbo

